



## Livros do Arco do Cego no Brasil colonial

*Books from the Arco  
do Cego in Colonial  
Brazil*

Robert Wegner

Pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz  
Av. Brasil, 4036, sala 403  
21040-361 Rio de Janeiro — RJ  
rwegner@pobox.com

WEGNER, R.: 'Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial'. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 11 (suplemento 1): 131-40, 2004.

Entre 1799 e 1801, em Lisboa, o frade mineiro José Mariano da Conceição Veloso esteve à frente da Casa Literária do Arco do Cego, que, na curta duração de três anos, publicou ao menos 80 obras, entre trabalhos de agricultura, navegação e medicina.

O projeto editorial daquela casa deve ser compreendido no contexto do programa governamental ilustrado de d. Rodrigo de Souza Coutinho. Visando a modernização do Império, incluía a difusão de conhecimentos técnicos e práticos em terras sob domínio luso, especialmente na América. Como a pesquisa sobre o projeto de difusão contribuiu para o entendimento da ilustração no Brasil, este artigo apresenta elementos sobre seu funcionamento e sua recepção.

PALAVRAS-CHAVE: história das ciências, iluminismo, Império luso-brasileiro, livros, leitura.

WEGNER, R.: 'Books from the Arco do Cego in Colonial Brazil'. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 11 (suplemento 1): 131-40, 2004.

*Between 1799 and 1801, the friar José Mariano da Conceição Veloso, a Minas Gerais native, headed Lisbon's Casa Literária do Arco do Cego, which in a brief three-year span published at least eighty works on topics that included agriculture, navigation, and medicine. This editorial project must be understood within the context of Dom Rodrigo de Souza Coutinho's enlightened government program. Meant to modernize the Empire, it included dissemination of technical and practical knowledge in lands under Portuguese dominion, especially in the Americas. As a contribution to an understanding of the Enlightenment in Brazil, this article presents elements from my research on the development of the project and how it was received.*

KEYWORDS: history of the sciences, Enlightenment, Luso-Brazilian Empire, books, reading.

## Introdução

Como mostrou Kenneth Maxwell (1978), após o movimento da Inconfidência Mineira, movimento nativista de ruptura com a metrópole, a maré era de acomodação. Assustada com os eventos da Revolução Francesa e com a revolta dos escravos de São Domingos, em 1792, a elite mineira já havia percebido que o ideal de igualdade em uma sociedade escravocrata poderia ter conseqüências perversas e que a revolução poderia tomar rumos inesperados que fugiriam a seu controle. Observou que, realizando uma ruptura externa, não conseguiria internamente aplicar “doses de igualdade e liberdade a conta-gotas” (Vianna, 1997, p. 14). São Domingos, o atual Haiti, havia se tornado um fantasma para uma elite dependente e cercada de escravos por todos os lados (Maxwell, 1999, pp. 165-7).

Aquele era um terreno fértil para a política empreendida por d. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro do Ultramar do Estado português na última década do século XVIII. Nessa posição estratégica, ele conseguiu articular os interesses metropolitanos com os das elites coloniais, incorporando membros da elite letrada brasileira em um projeto político conjunto de Império transatlântico, no qual a colônia teria papel crucial e ativo na superação do atraso português.

Nesse projeto iluminista de Estado, a ciência ocupava um papel central, como se — exagerando um pouco — todos os dilemas do Império pudessem ser resolvidos por meio da pesquisa de gêneros da natureza economicamente exploráveis; ou pela atualização das técnicas agrícolas, seguindo modelos aplicados por outras metrópoles em suas colônias.

## Frei Veloso, império transatlântico e livros

Personagem curioso daquele contexto era José Mariano da Conceição Veloso, frade franciscano nascido na capitania de Minas Gerais, em 1742 — curioso tanto no que tinha de comum com os de sua geração, como com o que havia de mais inusitado, como sua formação autodidata de naturalista, ocorrida na própria colônia e, ao que tudo indica, em paralelo à formação religiosa. No presente artigo irei me dedicar apenas à sua atividade como editor.

Com uma formação fora das universidades européias — Veloso não era um daqueles brasileiros que se ilustraram nos ares da renovada Universidade de Coimbra — e mesmo sem vínculos com academias — não há registros, por exemplo, de que tenha participado da Academia Fluminense, fundada em 1772 no Rio de Janeiro, lentamente Veloso realizou sua inserção na sociabilidade político-letrada da época. Esta era caracterizada por uma inter-relação entre contatos pessoais e ocupações de cargos ou funções político-administrativas, em um vínculo entre competências técnicas e relações de confiança, como é próprio do Antigo Regime.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Para o caso português ver o esclarecedor texto de Diogo Ramada Curto (1999, pp.15-49).

Assim, tendo demonstrado esmero na coleta e preparação de espécimes vegetais e animais para o envio ao Museu da Ajuda, foi convocado pelo vice-rei Luis de Vasconcelos e Souza para um amplo levantamento da flora do Rio de Janeiro. Concluindo o trabalho, e com o fim da gestão de Vasconcelos, seguiu com este para Lisboa, onde, além de participar da Academia de Ciências de Lisboa, com apoio e subvenções para melhorar e publicar sua *Flora Fluminensis*, estabeleceu contato com Rodrigo de Souza Coutinho. Com a confiança de Coutinho, passou a se dedicar a publicações de obras científicas de autores portugueses e brasileiros, além de muitas compilações e traduções de obras escritas em língua inglesa, francesa e alemã. O auge de sua atividade de editor coincidiu com a formação da Casa Literária do Arco do Cego, de cujas impressoras saíram mais de 80 obras em apenas três anos de existência, entre 1799 e 1801, todas elas marcadas por grande sofisticação gráfica (Faria, 1999).

Parece haver uma grande conexão entre o projeto editorial de Veloso e o projeto político do Império transatlântico. O projeto editorial pode começar a ser desvelado observando-se os dez volumes editados por Veloso entre 1798 e 1806, com o significativo título: *O fazendeiro do Brasil melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor que se tem escrito a este assunto*. Como o título demonstra, aquela era uma publicação voltada para a colônia. Os livros eram enviados ao Brasil, para venda. Consistiam de traduções “segundo o melhor que se tem escrito a este assunto”. E os cinco tomos em que estão organizados os dez volumes reforçam e exemplificam o título, pois alguns (especialmente açúcar e café, além de cacau, índigo, arroz e linho cânhamo) dizem respeito à “economia rural dos gêneros já cultivados”, enquanto que outros tomos (especiarias — as culturas da canela, do cravo-da-índia, da noz-moscada, da árvore do pão) estavam mais próximos de representar a “economia rural ... de outros [gêneros] que se podem introduzir”. Chama a atenção, portanto, a confirmação do título da coleção: a combinação de culturas já exploradas na economia colonial, e que as publicações pretendiam ‘melhorar’, com culturas até então pouco exploradas, em consonância com o projeto político do Império luso-brasileiro.

Os prefácios redigidos por frei Veloso, apresentando os textos traduzidos e indicando a importância de cada tema no estágio contemporâneo da agricultura da colônia, lançam luz sobre aspectos complementares desses projetos, o editorial e o político. Iremos nos deter apenas em um exemplo, o prefácio ao volume sobre a cultura do índigo, no qual Veloso discutia alguns dilemas dos projetos.

### **Anil: ethos do trabalho e experimentalismo**

No prefácio ao volume sobre o anil, Veloso dá conta de que, dentro da lógica da política pombalina de modernização e diversificação da economia, baixou-se, em agosto de 1773, uma resolução para incentivar a produção do anil. Decidiu-se então que a Real Fazenda compraria, com preço predeterminado e durante dez anos, toda a produção de anil em pedra do Rio de Janeiro. A partir daquilo, nas palavras de Veloso, “dentro de muito pouco tempo, se viram muitas terras cobertas desta estimável erva, e muitas fábricas ...levantadas” (*O fazendeiro...*, 1798, s. p.).

Com o rápido crescimento da cultura de anil, os produtores tentaram se desvencilhar do preceito de 1773, aquele mesmo que havia dado impulso inicial à atividade. O cancelamento da obrigação de venda das pedras para o Estado foi obtido em maio de 1777, apenas quatro anos depois da mencionada resolução, quando um aviso do ministro da Repartição passou a permitir que os produtores negociassem livremente. No entanto, menos de dois anos depois, em janeiro de 1779, uma nova resolução régia, sem vedar o livre comércio do produto, voltava a comprometer o Estado na compra do anil, e com preço fixado.

O episódio, segundo Veloso, “faz ver evidentemente que o apoio do comércio por si só, sem o concurso de Sua Majestade, não era bastante para lhe fixar a permanência da produção do anil”. Para Veloso, o produtor não compreendeu que o Estado vinha dando proteção a seu produto para que pudesse ser mais bem-desenvolvido. Desse modo, seria lícito falar — apropriando-nos um tanto livremente de Tocqueville — em um ‘interesse mal compreendido’ e imediatista do produtor que prejudicava a própria racionalização das técnicas produtivas.

Prossegue Veloso:

Sua Majestade, cheia da maior bondade e afeição com os novos fabricantes, desejando ardentemente o adiantamento e perfeição deste fabrico, não só continuou a tomá-lo pela sua Real Provedoria, como também, se bem me lembro, lhe mandou levantar mais os preços. ... *Mas apesar disto continuaram as remessas com as mesmas imperfeições do princípio* (ibidem, s. p. itálico meu).

E expressa então o dilema com todas as letras:

Desta sorte, se por um lado favorecidos, por outro abandonados a si mesmos, os fabricantes, homens faltos de toda a instrução, como pela maior parte são os cultivadores, entregues a certas receitas ou mal copiadas, ou mal vertidas, firmados em *experiências próprias sem princípios*, longe de terem feito progresso algum vantajoso, e apesar de terem sido sustentados, e aguilhoados pelas bondades Régias, se tem recuado, e atrasado lastimosamente neste fabrico (ibidem, s. p. itálico meu).

Diante de um processo de relativa complexidade técnica, talvez seja possível conjecturar — e para isso chamo em auxílio o livro *Tradição e artifício*, de Rubem Barboza Filho (2000, pp. 372-3, 383) — que aqui está um bom exemplo da tentativa do Estado, por meio basicamente de mecanismos econômicos e de reserva de mercado, de implantar um novo *ethos* entre os agentes econômicos. Este seria caracterizado pelo culto ao trabalho, e não pelo ganho imediatista, e pelo experimentalismo que buscasse o aperfeiçoamento de técnicas para o melhor aproveitamento da natureza.

Pode-se dizer que a iniciativa de frei Veloso se inseria no âmbito do projeto pombalino de produzir uma ética do trabalho e uma cultura experimentalista na colônia. Mas ele apontava para os limites das ações do Estado via incentivos econômicos. Considerava que isso não quebrava o círculo vicioso entre as duas forças em jogo: de um lado os interesses privados e, de outro, o Estado, que Veloso, com posição próxima à da fisiocracia, via como agente esclarecido.

Em uma frase, Veloso detectou que os vícios privados não estavam gerando benefícios públicos. Técnicas um pouco mais sofisticadas, como a do anil, não eram desenvolvidas a partir de interesses mais imediatos. Quando o interesse do produtor era acionado pelo Estado, em prol da diversificação da economia, o efeito era apenas superficial, sem qualquer mudança significativa na mentalidade dos produtores, cujos interesses permaneciam imediatistas. Não se produziram ética do trabalho e experiência sistemática.

No entanto, entra aqui o que poderíamos chamar, um tanto *avant la lettre*, de divulgação científica. O livre jogo de interesses — “os fabricantes abandonados a si” — ou o jogo comandado por um agente externo aos interesses, que, por meio da política, os equilibrasse — “Sua Majestade, cheia da maior bondade e afeição aos fabricantes” —, estavam ambos fadados ao fracasso. As forças do círculo vicioso precisariam mudar: não bastava um Estado esclarecido; os interesses também precisavam de luzes. Por isso, o Estado precisaria mudar seu papel de agente econômico e político para o de agente cultural ou mesmo pedagógico.

A divulgação científica poderia levar à implantação de novas técnicas e até incentivar seu aperfeiçoamento e sua adaptação às condições locais: tudo isso envolvia “experiência com princípios”, para usar os termos de Veloso. E, de quebra, os interesses poderiam se tornar bem compreendidos. Para usar uma tipologia empregada por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1992, p. 13), a esperança de Veloso era de que aventureiros, aqueles que só enxergam o objetivo final a alcançar, se transformassem em trabalhadores, aqueles que vêm as dificuldades a separá-los de seu intento.

Para uma discussão mais ampla desse projeto, dessa inclusão determinada da divulgação científica como pedagogia corretiva dos

interesses e das técnicas, valeria a pena analisar a recepção da coleção de um modo geral, assim como avaliar dados sobre o desenvolvimento da própria produção do anil. Com esse intuito, mas sem dados exaustivos para tanto, no próximo tópico procuramos apresentar indícios sobre o destino de alguns exemplares dos livros editados pelo Arco do Cego.

### Os livros e seu destino

Uma primeira pista sobre a distribuição dos livros e o sucesso do empreendimento é um pequeno prefácio do seu mentor. Em um dos corriqueiros agradecimentos à Sua Alteza Real, Veloso (Dutrone, 1801, s. p.) observava que:

... apesar das imperfeições da minha tradução, tem sido tal o efeito das soberanas, e eficazes Ordens de Vossa Alteza Real, que os povos do Brasil se tem acoroçoado a grandes reformas nas suas práticas rurais. Os fabricantes de açúcar têm melhorado as suas moendas e fornalhas por toda a sua marinha, e a sua notória utilidade acabará a Obra. Se eu, Senhor, tenho recebido cartas de agradecimento de pessoas que me são desconhecidas, sendo deste um instrumento meramente passivo, quanta não deve ser a obrigação para com a Vossa Alteza Real, a cuja iluminada providencia tudo se deve.

Para avaliar o empreendimento e compreender um pouco mais a circulação de idéias iluministas no Brasil é preciso, contudo, seguir os livros após terem saído do prelo. Proponho que nos debrucemos em alguns lotes de livros que percorreram um longo caminho, saindo de Lisboa para a capitania de São Paulo. Devemos admitir que este é um teste demasiado exigente para com a Casa Literária, uma vez que a capitania, em fins do século XVIII, não figurava entre as mais opulentas da América portuguesa. Basta dizer que possuía em torno de 160 mil habitantes, concentrando assim 7,5% da população da colônia. Outro dado mais relevante diz respeito às letras: dos mais de 1.700 estudantes brasileiros que se formaram em Coimbra no decorrer do século XVIII, as capitanias da Bahia e do Rio de Janeiro concentravam 60% deles — enquanto que nelas viviam menos de 25% da população.

De qualquer modo, significativo é que o governador da capitania de São Paulo entre 1797 e 1802, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, alegasse reiteradas vezes não ter homens qualificados na região. Além de acusar os eclesiásticos locais de analfabetos, a todo momento que lhe era pedido designar um estudioso para algum levantamento e estudo na capitania não sabia onde o encontrar. Dom Rodrigo, em novembro de 1801, pediu um “herborista ou jardineiro” para fazer um levantamento da flora da capitania, recebendo como resposta que Francisco Vieira Goulart, o único bacharel qualificado para “contemplar o hábito externo de cada planta”, estava

de partida para Portugal (*Documentos interessantes...*, vol. 93, p. 115). Não deixa de ser surpreendente o fato de que, entre abril de 1798 e fevereiro de 1801, portanto em um período mais curto que três anos, constassem 11 remessas de livros para a capitania. E talvez chame até mais a atenção o fato de que os títulos enviados parecessem corresponder cuidadosamente a um plano para animar as atividades econômicas da capitania. Por exemplo: Dom Rodrigo mandava o governador incumbir um sábio para desenvolver a produção, na capitania, de salitre, matéria-prima necessária para o fabrico da pólvora, que havia se tornado prioridade na nova política colonial; ao mesmo tempo, era enviado à capitania o volume *Memórias sobre a prática de fazer salitre* e, mais tarde, exemplares da *Carta sobre a nitreira artificial*, cujo autor é exatamente aquele que havia sido incumbido da inquirição, João Manso Pereira (idem, ibidem, p. 29; Silva, 1999, p. 196).

Mas vejamos os destinos destes e de outros livros enviados para a capitania. Entre os anos de 1799 e 1802, foi possível detectar, somando-se informações de fontes primárias e secundárias, quase 2.300 livros remetidos. Mas, por outro lado, permaneciam ‘enclafados’ nas mãos do administrador, em 1803, cerca de 1.700 volumes. Ou seja, cerca de 75% dos livros enviados para a capitania cinco anos depois continuavam em estoque.

Desde o início o governador da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, não se mostrava muito esperançoso com as primeiras remessas de livros, pois já em 1799 escrevia a dom Rodrigo sobre “a negligência e descuido que tem havido em se cultivar as artes e as ciências”, e a falta de compradores para os impressos que recebera: “... não há quem se anime a comprar um só livro, de maneira que muitos dos que se tem espalhado, têm sido dados por mim” (*Documentos interessantes...*, vol. 29, p. 146-7).<sup>2</sup>

Melo Castro não apenas demonstrava seu desânimo como também arriscava uma explicação: para ele, as famílias não se interessavam por “artes”, mais no sentido de técnicas, e “ciências”, também no sentido de técnicas, e preferiam que seus filhos seguissem a carreira eclesiástica, para a qual pouco se exigia, bastando mal-e-mal ler. Ao mesmo tempo que o governador era bastante crítico à situação, ele não enxergava o meio de quebrar o círculo vicioso de desinteresse em relação às ciências. A bem da verdade, acabava por capitular, dizendo que não adiantava mandar livros que “entram na classe das coisas úteis e curiosas”; só havia procura para poucos livros clássicos e de doutrina, e eram esses que deveriam ser mandados.

Quanto aos livros que já se encontravam na capitania, nas mãos do “administrador de livros e cartas de jogar”, sugeria que fossem distribuídos gratuitamente. Para a Coroa não arcar com as despesas, propunha que fossem pagos com o dinheiro recolhido por meio do subsídio literário,

<sup>2</sup> Em ofício de 9 de janeiro de 1800, voltava Melo Castro e Mendonça ao mesmo assunto: “... Estes livros não tem tido nesta capitania a extração que mereciam, e que eu me prometi quando os recebi” (idem, ibidem, pp. 146-7).

inicialmente estabelecido para ser “aplicado no honorário das pessoas que se empregam nos magistérios públicos da capitania”. Mas, a partir de então, sugeria ele, deveriam ser mandados apenas os livros que o administrador, analisando o estoque, constatasse que fossem de ‘extração’. Dali por diante, por conseguinte, mais conviria que dom Rodrigo tratasse dos negócios dos livros diretamente com esse administrador, e não mais com ele, governador da capitania. A sugestão não chegara a impedir que ele se adiantasse ao administrador e concluísse o ofício de outubro de 1802 com a indicação do que realmente estava em falta na capitania: “E pelo que pertence às cartas de jogar, é gênero vendável, e de tanto mais gasto quanto é menor o dos livros: há falta delas, e é necessária uma remessa para ser distribuída pelo administrador-geral pelas diferentes vilas da capitania” (idem, *ibidem*, p. 188).

O que podemos falar diante desse quadro, desolador do ponto de vista dos administradores ilustrados? Ao menos podemos abrandar o panorama comparado-o com outras situações. Em primeiro lugar, permanecendo na colônia portuguesa, deve-se dizer que há indícios de que em outras capitanias teria havido uma disseminação mais ampla dos livros do Arco do Cego. Há notícias de que, em 1799, foram vendidos 110 exemplares das *Memórias sobre o açúcar* entre agricultores da capitania de Pernambuco e 125 na Bahia. Além disso, há outro dado interessante. Embora não houvesse expectativa de que a venda de livros sustentasse o empreendimento do Arco do Cego, é notável o fato de que, no cômputo geral dos seus quase três anos de existência, a venda para o Brasil tenha gerado o dobro de receitas que a venda em Portugal — onde os livros podiam ser encontrados em três livrarias de Lisboa, uma em Coimbra e outra no Porto.

Em segundo lugar, talvez seja consolador saber que ilustrados de outras nações se defrontaram com decepções semelhantes. Em um livro publicado em português pelo Arco do Cego, por exemplo, Patullo (1801, p. III) relatava que J. Tull traduziu para o inglês obras de Duhamel du Monceau, acrescidas de “uma longa série de observações, e de experiências”. Porém, continua o autor, ele

... não foi adotado senão de um pequeno número, porque os rendeiros pouco ou nada lêem semelhantes obras, e com dificuldade se determinam a uma grande mudança no método que têm seguido. Eles julgavam que o método de Tull pedia grandes desvios.

## Conclusão

Frei Veloso possuía uma divisa segundo a qual “Sem livros não há instrução” e seu impressionante empreendimento mostra que foi fiel a ela. Contudo, quando se procura o destino dos livros publicados pelo Arco do Cego, é possível perceber dificuldades do empreendimento,

que, de certo modo, recaíam sobre as finanças da Casa Literária e ressoavam nas cartas que chegavam a Rodrigo de Souza Coutinho. Parece que essas dificuldades eram claras para Veloso. Mesmo assim, poderíamos gracejar um pouco: ao tentar fazer uma história da ausência de leitura no fim do século XVIII, seríamos levados a avisar Frei Veloso de que seu lema era incompleto, pois um livro só se realiza com sua leitura.

Deixando o chiste de lado, é importante chamar a atenção para um ponto mais geral sobre o Iluminismo. O fato é que uma história que procura o que era efetivamente lido, como Robert Darnton (1992) realizou em *Edição e sedição*, redefine um pouco o cânone dos textos iluministas, fazendo com que deixemos de considerar os filósofos — no sentido mais contemporâneo do termo, e não no sentido do século XVIII — e as idéias como o grande motor do Iluminismo.

De modo mais global, estudos recentes que se debruçaram sobre a literatura dos viajantes, os escritos de administradores coloniais — enfim, textos de autores que, do ponto de vista da história intelectual, tenderíamos a qualificar de menores, mas que de resto são filósofos no sentido do século XVIII — têm mostrado um Iluminismo mais encarnado, inclusive, vale dizer, nas instituições do Antigo Regime e na estrutura colonial. Mas não significa que o movimento perca com isso seu caráter transformador. Ao contrário, mostra os meandros de sua ação e sua tentativa de reformar a sociedade.

Mas tem aparecido, e de forma mais forte, um lado seu que nos estudos sobre a filosofia do Iluminismo surgia muito pouco: o caráter trágico do movimento. Onde isso talvez fique mais claro é nos estudos de história ambiental, como no de Richard Grove (1996) e no livro de José Augusto Pádua (2002). O caso de frei Veloso e seu empreendimento no Arco do Cego acaba por transparecer um mesmo caráter dramático. Veloso às vezes parece um personagem trágico, que, derrotado, passa seus últimos três anos de vida novamente enclausurado no Mosteiro de Santo Antônio, no Rio de Janeiro, onde falece em 1811. Mas nos anos de editor, em Lisboa, lembra um pouco um herói quixotesco.

Agradecimentos  
Agradeço a leitura  
cuidadosa do(a)  
parecerista anônimo(a)  
e os comentários de  
Lorelai Kury. Entre  
março de 2002 e  
fevereiro de 2003 o  
autor foi beneficiado  
com a bolsa Jovem  
Cientista do Nosso  
Estado, da FAPERJ.

## FONTES

Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, vols. 29, 30 e 93. São Paulo, Divisão de Arquivo do Estado/Secretaria de Estado da Cultura. 1980

Dutrone, J. F.

*Compendio sobre a canna, e sobre os meios de se lbe extrahir o sal essencial, ao qual se ajuntão muitas memorias ao mesmo respeito, dedicado à colonia de S. Domingos* / por J. F. Dutrone; traduzido por Fr. José Mariano da Conceição Veloso. Lisboa, Typographia Chalcographica, Typoplastica, e Litteraria do Arco do Cego. 1801

*O fazendeiro do Brasil*. Tomo II: tinturaria; parte I: cultura do indigo, e extração da sua fecula. Lisboa, Officina de Simão Taddeo Ferreira. 1798

Patullo, M. Ensayo sobre o modo de melhorar as terras, / composto em francez por M. Patullo; traduzido em portuguez. Lisboa, Typographia Chalcographica, Typoplastica, e Litteraria do Arco do Cego. 1801

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barboza Filho, Rubem  
2000 *Tradição e artifício*.  
Belo Horizonte, Editora UFMG.
- Curto, Diogo Ramada  
1999 'D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego'.  
Em Fernanda Maria Guedes de Campos *et al.* (org.). *A casa literária do Arco do Cego* (1799-1801). Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Biblioteca Nacional, pp. 15-49.
- Darnton, Robert  
1992 *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*.  
São Paulo, Companhia das Letras.
- Dias, Maria Odila  
da Silva  
1968 'Aspectos da Ilustração no Brasil'.  
*RIHGB*, n.<sup>o</sup> 275, pp. 105-70.
- Faria, Miguel  
1999 'Da facilitação e da ornamentação: a imagem nas edições do Arco do Cego'.  
Em Fernanda Maria Guedes de Campos *et al.* (org.), op. cit., pp. 107-37.
- Grove, Richard H.  
1996 *Green imperialism: colonial expansion, tropical island Edens and the origins of environmentalism, 1600-1860*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Holanda, Sérgio  
Buarque de  
1992 *Raízes do Brasil*.  
Rio de Janeiro, José Olympio, 24.<sup>a</sup> ed.
- Maxwell, Kenneth  
1999 'A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro'. Em *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo, Paz & Terra, pp.157-207.
- Maxwell, Kenneth  
1978 *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil e Portugal, 1750-1808*.  
Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2.<sup>a</sup> ed.
- Nunes, Maria de Fátima;  
Brigola, João Carlos  
1999 'José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811): Um frade no universo da natureza'. Em Fernanda Maria Guedes de Campos *et al.* (org.), op. cit., pp.51-75.
- Pádua, José Augusto  
2002 *Um sopro de destruição*.  
Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Silva, Maria Beatriz  
Nizza da  
1999 *A cultura luso-brasileira: da reforma da universidade à independência do Brasil*. Lisboa, Editorial Estampa.
- Vianna, Werneck Luiz  
1997 'Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira'. Em  
*A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*.  
Rio de Janeiro, Iuperj/Revan, pp. 12-27.

Recebido para publicação em outubro de 2003.

Aprovado para publicação em março de 2004.